
**QUEIXAS ESCOLARES: REVISANDO A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE
COLLARES & MOYSÉS**

Locimar Massalai(*).

Introdução: o encantamento com a produção de Collares e Moysés

A primeira vez que ouvi falar em *medicalização da aprendizagem* foi quando estava procurando um artigo sobre dificuldade de aprendizagem para um momento de formação continuada na escola e encontrei um texto sobre a *educação medicalizada*. Este encontro marcou o início de um novo olhar sobre o fracasso escolar. Até então, minha visão sobre tal problemática era justificada muito mais por questões pessoais dos alunos, desestrutura familiar e problemas metodológicos por parte dos professores. Neste sentido, a formação inicial que recebi não me possibilitou outras leituras do fracasso escolar e a inserção em uma escola real intensificou um olhar estereotipado do mesmo.

Provocado por estas novas leituras do fracasso escolar fui fazendo relações com minha prática como Orientador Educacional em uma escola pública e analisando os discursos das professoras e os meus, sob os argumentos apresentados por Collares e Moysés.

O segundo encontro com as produções de Collares e Moysés foi marcado pelas leituras dos textos recomendados para a seleção do Mestrado Acadêmico em Psicologia/2011 pela Universidade Federal de Rondônia. Textos estes, juntamente com os de Patto (2002), provocaram em mim entusiasmo e, ao mesmo tempo, assombro diante daquilo que desconhecia sobre a produção do fracasso escolar na história da educação brasileira em especial o livro *Preconceito no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. Escolher as produções de Collares e Moysés para fazer uma revisão não foi apenas uma curiosidade diletante. A partir do momento em que tive contato com suas pesquisas e estudos, percebi que estas poderiam ajudar na compreensão das queixas escolares ou encaminhamentos escolares¹ que são levados às orientadoras educacionais, temática central do projeto de pesquisa em desenvolvimento para dissertação do Mestrado em Psicologia.

¹ Denominamos “encaminhamentos escolares” ao invés de “queixas escolares” porque assim são chamados os encaminhamentos que os professores das escolas estaduais de Rondônia encaminham aos Orientadores Educacionais sobre as dificuldades dos alunos nas suas mais diversas formas e conteúdos.

A partir de tais sentimentos, defendo a importância deste trabalho de revisão produtiva de Collares e Moysés porque nos coloca frente a frente com questões temporais e discussões de 20 anos atrás, por exemplo, que continuam extremamente atuais e pertinentes e que aqui são compiladas para futuro aprofundamento e análise mais completa.

Falando do caminho e das buscas

A partir das inquietações advindas das leituras primeiras de Collares e Moysés, fui à busca de outras produções das autoras. Os textos apresentados foram encontrados da seguinte forma: revista impressa, capítulos de livros em parceria com outros autores, em livro produzido por Collares e Moysés e online em diversos sites. Foram classificados por categorias e ano em que foram escritos.

Em princípio, tomei o caminho mais simples, aquele que tantas pessoas percorrem cotidianamente quando querem pesquisar algo na rede: acessei o www.google.com.br. Esta busca contribuiu para o encontro de outros textos das pesquisadoras.

Nesta busca, encontrei 32 textos: 09 foram encontrados na forma de revistas impressas, 07 textos foram publicados como artigos em livros, 02 como livros completos e, finalmente, 14 artigos foram na versão encontrados online. Os textos mais antigos são de 1985 e os mais recentes, de 2010.

Discutindo as produções

Em cada categoria, escolhi textos que são mais representativos para a discussão o que não significa empobrecê-la. Diante vasta produção das pesquisadoras, precisei fazer esta opção.

Merenda, desnutrição e fracasso escolar

No texto “*Programa de merenda escolar*”, de 1985, as autoras fazem uma distinção esclarecedora entre *fome e desnutrição*. Antes de analisar o texto, é interessante considerá-lo no contexto em que foi escrito e a partir da realidade pela qual passava o Brasil.

Descontextualizando-o perderia sua força de provocação. Tomando como base elementos da análise de conjuntura, podemos dizer que os anos 1980 foram considerados pelos analistas econômicos como a “*década perdida*” caracterizada por um quadro de profunda desigualdade social. Oliveira (1985) caracterizou bem esta situação chamando-a de

regulação Keynsiana sem direitos sociais, identificando o Brasil deste período como o “Estado do Mal-Estar” com desenvolvimento econômico sem participação da população nos benefícios sociais. Percebe-se que Collares tratou da merenda a partir deste contexto. Inicialmente, ela diz que fome é uma situação transitória ou potencialmente transitória e que não dificulta qualquer atividade, inclusive as escolares. E a desnutrição é uma situação crônica, fruto de um empobrecimento gradual e perverso da população brasileira, e se ela “tem uma determinação econômica, somente mudanças nas políticas econômicas e sociais poderão combatê-la efetivamente” (1985, p.50). A autora também chama a atenção sobre a superficialidade dos discursos governamentais em relação à situação social em que vive a população brasileira:

É importante ressaltar que não estamos preconizando uma ampliação do programa em termos de aporte nutricional a cada criança, mas demonstrando a irrealidade de muitos discursos que exaltam a merenda escolar como medida capaz de resolver o grave problema da desnutrição entre os escolares brasileiros. Tais discursos escamoteiam a realidade em dois níveis. Um, quando omitem os determinantes econômicos da desnutrição e a necessidade de transformações da sociedade; outro, quando preconizam a merenda como medida capaz de resolver também o fracasso escolar, isentando a escola de responsabilidades e impossibilitando esta mesma escola de se autocriticar. (Collares, 1985, p. 50-51).

Mais uma vez, a criança e a família são culpabilizadas por seus fracassos cuja causa principal é a ignorância na qual vive a população resultando desta visão propostas governamentais conservadoras e obsoletas quando se trata da educação nutricional. Collares (1985), destaca que, em países como França, Inglaterra e Japão, a merenda não é vista como carência alimentar e, sim, para que as crianças que ficam muitas horas na escola não passem fome. Ao contrário do Brasil, em que a merenda é encarada como suplementação alimentar e mecanismo político camuflador das condições de vida da população.

Aponta, ainda, alguns mecanismos políticos para que a merenda ganhe credibilidade: desvincular a merenda de outras verbas que vêm para a educação para que se tenha clareza do que se está investindo na educação em geral e na merenda, porque, do contrário, haveria um inchamento artificial escamoteando o pequeno orçamento destinado realmente à educação; e a importância de se vincular a merenda às atividades pedagógicas. A atualidade da discussão desenvolvida pela autora, no referido texto, evidencia-se também na recomendação que fazia em 1985 para que fossem estabelecidas parcerias com produtores rurais da região para que se respeitassem os hábitos alimentares da população. Esta prática está hoje sendo implementada

como política de governo para estimular a agricultura familiar e melhorar a qualidade da merenda escolar.

Vemos o texto onde ela fala desta parceria necessária para que se respeite a riqueza dos hábitos culinários de cada região:

Assumindo-se a importância da inserção da merenda ao pedagógico, a utilização de alimentos *in natura* regionais teria duplo objetivo: intra e extra-escolares. Os objetivos intra-escolares estariam ligados a uma melhor qualidade nutricional que possibilitaria a criação de um cardápio que respeitasse os hábitos alimentares da região, além de subsidiar discussões em sala de aula sobre produção agrícola, alimentação, saúde e higiene. Quanto aos objetivos extra-escolares, que estão relacionados à integração da escola com a comunidade, pois a aquisição dos produtos naturais necessários deveria ser feita prioritariamente na própria região, aproximando a escola da produção. (Collares, 1985, p.54)

Percebemos, na citação acima, que a autora defende a vinculação da merenda ao pedagógico da escola, postulando que, ainda hoje, sonhamos ser concretizado em nossas escolas públicas.

No outro texto de 1985, de autoria de Collares, Moysés e Lima, intitulado “*Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico?*” algumas ideias são retomadas em relação ao texto anterior. Apontam, como fenômeno crescente, a tendência de explicar através de causas biológicas e respostas médicas problemas eminentemente sociais. O discurso político e científico que defendia a merenda escolar como instrumento capaz de resolver tanto a desnutrição como o fracasso escolar é criticado pelas autoras. Indicam a necessidade de considerar a desnutrição integrante de um “complexo social”, em que um grande número de variáveis se relacionam de maneira extremamente complexa, tornando imperativo desmascarar o discurso hegemônico que desloca subliminarmente, através de propaganda oficial, a questão da desnutrição como uma irresponsabilidade e incapacidade da família de “saber comer”.

Desfazer essas relações tão simplistas e revelar os aspectos estruturais mais complexos que as permeiam é uma das tarefas que se impõem ainda hoje à Educação. É preciso entender bem a importância da merenda escolar em nosso país, não como a responsável pela erradicação ou mesmo a minimização da desnutrição infantil, mas sim, como uma medida de intervenção que é capaz de matar a fome de escolares num período de aproximadamente quatro horas. A criança escolar é virtualmente desassistida e são poucos os centros de saúde

em que são atendidas de forma rotineira pela desarticulação entre os programas de educação, saúde e assistência social. Constatamos que, neste ínterim, as reflexões das autoras continuam (tristemente) atuais.

Educação e saúde

Ao tratar de questões relacionadas à “educação e saúde”, as grandes discussões das autoras passam a formação, em primeiro lugar dos professores e também dos médicos ou outros especialistas da saúde. No texto *“Educação ou saúde? Educação x Saúde? Educação e Saúde”* aparecem críticas a uma formação deficitária:

A ausência de contato com questões sociais dentro de uma perspectiva crítica e histórica, a valorização exagerada das especialidades no mercado de trabalho, a formação baseada em literatura inglesa sem a necessária revisão de conceitos para nossa realidade, a falta de discussões sistematizadas sobre o papel social da medicina, tornam o médico bastante receptivo, acriticamente à difusão de novas teorias sobre novas doenças. (Collares e Moysés, 1985, p. 10)

E propõem que estas discussões sejam feitas nos cursos de formação tanto de professores, quanto de médicos e outros especialistas da saúde, a partir de uma abordagem interdisciplinar:

Parece-nos chegado o momento de a educação assumir que estas questões são importantes e pertinentes também à escola, incluindo-as dentro de uma perspectiva histórica nos cursos de formação de professores. Frente a todo o exposto, consideramos fundamental que profissionais da Educação e da Saúde com uma percepção mais crítica destas questões se unam em um trabalho conjunto, para a construção de um corpo específico de conhecimentos, relativos a esta área interdisciplinar. (Collares e Moysés, 1985, p.15-16)

Acreditamos que, se nos cursos de formação fossem discutidos estes temas, teríamos certamente outro olhar sobre as queixas escolares.

Apontam que a escassez de uma produção científica e crítica sobre as relações entre educação e saúde colaboram com a formação acrítica do médico e sua percepção medicalizada do fracasso escolar. Criticam a forma como o setor da saúde incorpora elementos e discursos da educação e esta, da saúde, aplicando-lhe seu raciocínio clínico tradicional, privilegiando relações causais lineares e explicações fisiopatológicas. O resultado mais gritante é a medicalização do fracasso escolar. É a partir deste círculo vicioso que explicam o processo de medicalização da aprendizagem:

Consiste na busca de causas e soluções médicas, a nível organicista e individual, para problemas de origem eminentemente social. Este processo ocorre na educação quando, frente às altas taxas de fracasso escolar, tenta-se localizá-lo na própria criança, explicando-o através de doenças. Isentam-se, assim, de responsabilidade a instituição escolar e o sistema social. A medicalização é uma resposta que atende a uma demanda da própria sociedade e é exatamente por isso e por seu caráter simplificador que se difunde tão rapidamente. (Collares e Moysés, 1985 p.10-11).

Assim, médicos e professores acreditando que as crianças não aprendem por causa de doenças, físicas ou emocionais, as encaminham para os serviços de saúde. E daí, desloca-se o eixo das discussões de um viés institucional e coletivo para aquele que culpabiliza a criança e sua família por sua situação de pobreza, miséria, pela dificuldade de aprender na escola.

Essa prática ocorre porque a figura do médico, a fala do médico em nossa sociedade ter um peso imenso. É interessante lembrar que, nos primeiros cursos de Psicologia alguns professores eram médicos e como tais, considerados os donos do saber.

O texto *“O profissional de saúde e o fracasso escolar: compassos e descompassos”*, publicado em 1997, no livro *“Educação especial em debate”*, discute também a questão da inserção do psicólogo na educação e de como ela deveria ser feita da seguinte maneira:

Compartilhamos da posição defendida dentro da própria psicologia de que, para que esse profissional possa atuar adequadamente em um ambiente, na dinâmica das relações interpessoais, é essencial que não esteja diretamente vinculado a esse ambiente. Para trabalhar as relações em uma escola, o psicólogo não pode estar lotado na própria escola; o distanciamento é condição primordial para sua atuação. (Collares e Moysés, 1997, p.154)

As autoras defendem, no texto acima citado, que a discussão da inserção ou não do psicólogo diretamente no espaço escolar não pode ficar apenas na luta pela ampliação de espaços de trabalho, ofuscando, assim, as discussões relacionadas ao fracasso escolar a partir de um olhar contextualizado.

Aparece, com clareza, na citação abaixo, a crítica feita a uma expropriação daquilo que deveria ser papel e função do professor.

Qualquer um é competente para solucionar o problema, menos o professor; na verdade, o único profissional com condições reais de transformar sua própria prática pedagógica, em busca do sucesso escolar. Um profissional que está sendo expropriado da competência e área de atuação. (Collares e Moysés, 1997, p. 156).

Estas ideias, de uma forma ou de outra, perpassaram todos os textos em que foram tratadas as relações entre “saúde e educação” e que, por força de provocar reflexões, mostram o grau de sua validade.

A educação medicalizada

O elemento central que mais aparece nesta categoria é a discussão voltada para a questão da medicalização da aprendizagem via diagnósticos. Duas grandes questões aparecem nos textos: de que maneira ocorre a patologização do fracasso escolar? Como diferenciar uma criança disléxica, ou com qualquer outra dificuldade de aprendizagem, daquela mal alfabetizada?

O texto mais antigo, *“Diagnóstico da medicalização do processo ensino-aprendizagem na 1ª série do 1º Grau no Município de Campinas”*, de 1992 é uma pesquisa com professores de escolas estaduais de Campinas e o mais atual, *“Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica”* questiona a existência ou não da dislexia desde o olhar da ciência e é de 2010.

Algumas ideias comuns perpassam todos os textos, como por exemplo: A escola espera por um aluno ideal, sem qualquer dificuldade. Para a criança concreta, real, os professores parecem considerar muito difícil, se não impossível, ensinar. O fracasso escolar é motivado por questões referentes à criança e à sua família.

Não existem dúvidas, não existem opiniões divergentes. Ninguém questiona problemas de ordem pedagógica, por exemplo. E daí a razão do deslocamento do eixo das questões político-pedagógicas para questões biológicas, médicas e de saúde gerando o que as autoras chamam de patologização da aprendizagem porque os professores e diretores consideram que a presença de doenças prejudica a aprendizagem.

Da mesma forma, todos os médicos, psicólogos e fonoaudiólogos afirmam que a saúde é fundamental para a aprendizagem. Fala-se também, como na categoria anterior, da precariedade da formação inicial e continuada dos professores que os condiciona a olhar a criança e sua família, de forma preconceituosa e superficial, atribuindo-lhes a total responsabilidade pelo fracasso:

Cursos compactados, voltados a uma aplicação rápida das novas teorias; o imediatismo e a ingenuidade de pretender vencer um grave problema estrutural como o fracasso escolar através de medidas emergenciais; a transformação de teorias científicas em soluções mágicas, em

redenção para a escola pública brasileira; a transformação de um problema político-pedagógico em mera questão de método. De tudo isso decorrem cursos de reciclagem mais voltados à resolução imediata dos problemas do que à melhoria do nível de conhecimentos na área pedagógica. (Collares e Moysés, 1992, p. 19)

Então, o processo pedagógico, que deveria ser objeto de reflexão e mudança, fica mascarado pelos diagnósticos feitos e tratados de forma singularizada, uma vez que o mal está sempre localizado no aluno. E o processo de culpabilização da vítima é a persistência de um sistema educacional perverso, com alta eficiência ideológica. O trabalho pedagógico, desqualificado, cede terreno para o trabalho de outros profissionais, estimulados pela necessidade de mercado de trabalho. O espaço escolar, voltado para a aprendizagem, para a normalidade, para o saudável, transforma-se em espaço clínico, voltado para os erros e distúrbios. Estes olhares aparecem nos documentos oficiais, nas políticas públicas e vão causando estragos por onde passam, contribuindo para a propagação de informações equivocadas para a população em geral.

Em nossa visão, um dos textos mais provocadores dentro desta categoria é a “Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos”, de 2006, que faz toda uma análise, a partir de Foucault (1980), sobre o poder do discurso médico sobre o corpo, a partir de uma estratégia biopolítica.

A medicalização desloca problemas coletivos para a esfera do individual; problemas sociais e políticos para o campo médico. E o que significam esses deslocamentos? A biologização e, conseqüentemente, a naturalização desses problemas. Esse paradigma, ainda hegemônico em todos os campos da ciência, enxerga, cada vez mais, o ser humano quase como um corpo apenas biológico, determinado por seus genes. A esse paradigma, contrapõe-se um outro, em que o *social* é concreto, histórico, construído pelos homens, portanto mutável; nele, o processo saúde e doença é apreendido como resultante da inserção social das pessoas, da qualidade (ou falta de) de suas vidas. (Collares e Moysés, 2006, p. 14)

Vamos perceber então, que a medicalização é um processo perverso e altamente ideológico de desconstrução dos direitos humanos. E como a constituição dos direitos humanos e também sua desconstrução são históricas.

Os textos sobre dislexia vêm acompanhados de algumas questões provocadoras: as pessoas que têm maior dificuldade para aprender é reflexo da diversidade dos seres humanos ou conseqüência de uma doença neurológica chamada dislexia? Quais as evidências científicas de que exista essa doença neurológica chamada dislexia? Qual é a definição oficial da dislexia? O que caracteriza esta doença? Como ela é diagnosticada? Como se identifica a

criança que não consegue ler e escrever bem, por doença neurológica, no meio de outras cem que também não conseguem ler e escrever bem? Em outras palavras, como se faz o diagnóstico de uma doença neurológica cuja única manifestação é a dificuldade para lidar com a leitura e a escrita? A estas provocações, os textos vão dando respostas, dizendo que existem algumas doenças comprovadas, que podem comprometer muitos aspectos da vida da pessoa, com conseqüências claras, perceptíveis, facilmente detectadas e que podem dificultar também a aprendizagem. Como existem pessoas que aprendem com a maior facilidade e pessoas que aprendem com muita dificuldade.

Eu só quero chamar a atenção que o que está posto aí como características dessa doença neurológica são elementos detectáveis por meio da leitura e da escrita, exclusivamente, e são elementos que vão aparecer em toda pessoa que tiver dificuldade com leitura e escrita. Toda pessoa mal alfabetizada vai ter isso, dificuldade de fluência, dificuldade de decodificação, tudo isso só adquirimos quando não aprendemos a ler bem, quem não sabe ler bem ou tem qualquer dificuldade para ler, vai se enquadrar nessas características. (Collares e Moysés, 2010, p.11)

Na dinâmica acima citada, nega-se a possibilidade de que a pessoa humana aprende de várias formas. Cada um tem lá sua estratégia, seu jeito de aprender: “não somos todos absolutamente iguais, padronizados, robotizados”. E as autoras lembram também que uma doença neurológica não pode ser apenas diagnosticada com leitura e escrita. E questionam a existência da doença chamada dislexia:

[...] a existência dessa doença chamada dislexia é muito questionada pela própria medicina, desde o início; não é tranquilo nem inquestionável, e não é apenas no Brasil, é em todo o mundo; aliás, no Brasil é onde tem menor questionamento. A quantidade de publicações e de autores no mundo todo questionando é muito grande; trata-se de uma das questões mais controvertidas na medicina. (Collares e Moysés, 2010, p.13)

As autoras defendem o direito que as crianças têm de aprender e propõe e que a escola seja capaz de conhecer suas crianças e quais os processos cognitivos que usam para aprender.

Testes de inteligência, diagnósticos e laudos

O primeiro texto sobre o qual vou refletir nesta categoria, que trata de questões relacionadas com o processo de avaliação psicoeducacional é “*Respeitar ou submeter: a avaliação de inteligência em crianças em idade escolar*”, escrito em 1997, e publicado no livro *Educação Especial em Debate*, assinado por Moysés e Collares. O texto tem o objetivo

maior de aportar reflexões sobre como as crianças são avaliadas intelectualmente. Logo no início, as autoras nos trazem algumas questões provocadoras. É possível avaliar o potencial intelectual de alguém? Como avaliar a inteligência descontextualizada da vida, isto é, tornada abstrata? E, a partir destas questões, seguem dando respostas e provocando. Apontam, como em outros textos, a patologização da aprendizagem; defendem que, nas pesquisas educacionais em geral, o fracasso escolar foi tratado essencialmente como culpa do aluno e de sua família. Desde esta base, questionam os testes de inteligência.

Afirmam que os testes padronizados trazem equívocos conceituais decorrentes de sua própria concepção, ou seja, a crença na possibilidade de se avaliar o potencial intelectual de uma pessoa em particular, elegendo uma única forma de expressão que merece ser considerada, desconsiderando que, da mesma forma que o desenvolvimento das possibilidades é histórico, o olhar dirigido às possibilidades de pensamento de uma criança necessita ser historicamente focalizado.

Não se pode ignorar que tudo a que temos acesso, também no campo de inteligência, cognição, aprendizagem, resume-se a expressões. Expressões que trazem em si, indelévels, as marcas da história de vida da pessoa e de sua inserção social. Ao assumir que as expressões das classes sociais privilegiadas são as superiores, as corretas, o que se está assumindo é uma determinada concepção de sociedade e de homem, fundada na desigualdade e no poder, em que alguns homens são superiores a outros, algumas raças são superiores a outra. (Moysés e Collares, 2010, p. 128-129)

Após terem feito estas considerações, as autoras passam a dizer como os profissionais deveriam agir em relação ao trato com as questões das avaliações psicoeducacionais. Afirmam que seria preciso:

Em vez de buscar o defeito, a carência da criança, o olhar procura o que ela já sabe e o que teme o que pode aprender a partir daí. O profissional tenta mais que tudo, encontrar o prisma pelo qual a criança olha o mundo, para ajustar seu próprio olhar. Sabendo que existem limites para seu olhar, que está sujeito a erros, pois não está lidando com verdades absolutas. (Collares e Moysés, 2010, p. 132)

Finalizam o texto argumentando que esta proposta de avaliação exige profissionais muito mais competentes e com conhecimentos mais sólidos e profundos sobre o desenvolvimento da criança, conceitos de normalidade, por exemplo. Profissionais que considerem que todos os homens são, de fato, iguais, tornados desiguais por uma sociedade

dividida em classes, capazes de perceber a relação entre a criança e eles com uma relação entre dois sujeitos historicamente determinados.

O segundo texto “*Rotular, classificar, diagnosticar: a violência dos laudos*”, publicado em 2002, fala da violência dos laudos, e aponta, como em outros textos, a má formação dos profissionais para olhar a pessoa em seu contexto e em sua complexidade:

Crentes nas promessas de neutralidade e objetividade da ciência moderna, não sabem lidar com a vida, quando se defrontam com ela. Sem disponibilidade para olhar o outro, protegem-se se ancorando em instrumentos padronizados de avaliação. Sem preocupação com as conseqüências de seus laudos para a vida do outro, o profissional nem mesmo se permite perceber que a classificação não decorre do diagnóstico, e este de uma avaliação adequada, como lhe ensinaram. Os rótulos se urdem já nas primeiras impressões, no olhar preconceituoso; rótulos que classificam e embasam diagnósticos que os confirmam. (Collares e Moysés, 2010, p. 2-3)

O que as autoras evidenciam, nesses textos, é que os testes só têm servido para classificar e rotular crianças absolutamente normais e que com este procedimento, elas acabam ficando doentes mesmo. Fundamentados numa visão eugenista tratam os sujeitos como seres abstratos, descontextualizados e baseando-se quase que unicamente sobre os defeitos das crianças.

Conhecimento e formação continuada

Os textos desta categoria tocam na questão da formação dos professores que já foi muito criticada por elas em outros textos, ou seja, a má formação inicial e continuada que recebem. Se lá, elas são contundentes em afirmar que a má qualidade da formação dos professores resulta em uma prática estereotipada e preconceituosa em relação à aprendizagem de seus alunos, aqui elas apontam soluções para esta formação e o fazem a partir de um olhar crítico de como isto aconteceu nas políticas educacionais.

O texto intitulado “*Educação continuada: a política da descontinuidade*”, publicado em 1999, e assinado por Collares, Moysés e Geraldini ajuda a refletir sobre as concepções de sujeito e de conhecimento que estão por trás das propostas de educação continuada de professores e o caráter de descontinuidade das políticas brasileiras para este setor da educação básica.

Com muita firmeza, Collares, Moysés e Geraldi falam que as políticas de formação continuada possuem um elemento forte de descontinuidade porque estão começando sempre “do tempo zero”:

Embora a expressão ‘continuada’ recoloca a questão do tempo – e nesse sentido poderia enganosamente remeter à irreversibilidade e à história –, pratica-se uma educação continuada em que o tempo de vida e de trabalho é concebido como um “tempo zero”. Zero porque se substitui o conhecimento obsoleto pelo novo conhecimento e recomeça-se o mesmo processo como se não houvesse história; zero porque o tempo transcorrido de exercício profissional parece nada ensinar. A cada ano letivo, uma nova turma, um novo livro didático, um novo caderno intacto. Zerado o tempo, está-se condenado à eterna repetição, recomeçando sempre do mesmo marco inicial. (Collares, Moysés e Geraldi, 1999, p. 211)

Ao longo do texto, os autores apontam algumas alternativas para romper com este continuísmo: ajudar os professores a aproximar conhecimentos apreendidos na formação inicial às vivências da prática pedagógica. Possibilitar-lhes espaços para que narrem suas experiências para que assumam lugares de enunciadores e, conseqüentemente, “estabelecerem uma relação de construção de interpretações e compreensões sobre o que lhes acontece. Assumir o lugar de onde se fala é constituir-se como sujeito, múltiplo, polifônico e único”. (Collares, Moysés e Geraldi, 1999, p. 212). Gestar uma política pública de educação contínua não como suplência de carências e sim como direito.

O texto “*Compaginar concepções: ciência e formação no horizonte de possibilidades de um projeto educativo*”, escrito pelos mesmos autores do texto anterior, retomam algumas de suas idéias, aprofundam outras, alargam a abrangência do texto e não se referem mais à formação continuada de professores apenas, mas acrescentando neste, a formação dos profissionais da saúde.

Especificamente na área educacional, a geração de professoras e professores que iniciou suas atividades nas escolas públicas a partir de meados dos anos 70 talvez tenha sido aquela que mais foi chamada a “qualificar-se”. Na saúde, este movimento tendeu a ocorrer posteriormente e em menor intensidade, adquirindo maior significação à medida que as questões de saúde deixaram de ser um campo de conhecimento ocupado por profissionais “acima de qualquer suspeita” e novas vozes se fizeram ouvir no terreno de seus discursos. (Collares, Moysés e Geraldi, 2006, p. 48).

Apresentam a necessidade de se contrapor o caráter coletivo das instituições ao individual e afirmam que as formas de avaliação dos programas de formação continuada privilegiam a individualização e a conseqüente culpabilização de cada um, ou seja,

profissionais, alunos e pacientes. Entendem que, por detrás deste processo de culpabilização, se escondem intenções de se destruir projetos coletivos. Defendem os projetos coletivos nos quais os profissionais tanto da área da educação quanto da saúde se percebam como sujeitos históricos em processo e inconclusos. Quanto aos processos formativos, as autoras apontam a necessidade de:

Redefinir radicalmente o modo de relação do sujeito com o conhecimento e dos sujeitos entre si, de modo a introduzir no conceito de formação a fluidez dos processos constitutivos. Como nem sujeito nem conhecimento são fixos e a-históricos, é preciso tomar o constante movimento – a história – como lugar de constituição de ambos. (Collares , Moysés e Geraldi, 2006, p.60).

Conclamam todos os responsáveis pela formação inicial e continuada em educação e saúde para que sejam capazes de desafiar futuros profissionais e, aqueles que já estão no mercado de trabalho para aprender a lidar com a complexidade de nosso tempo, respeitando os saberes da experiência e de aliar questões do mundo das ciências aos imprevistos e acontecimentos que fazem a vida fluir no tempo.

Conclusão

Como Orientador Educacional e também Mestrando em Psicologia, fazer esta incursão nos textos de Collares e Moysés possibilitou-me perceber a evolução da produção destas pesquisadoras e sua relação com a história da educação brasileira e suas políticas, provocando questionamento em relação ao papel da escola e o lugar que ela ocupa na produção do conhecimento; compreender melhor a escola como instituição atravessada por questões nem sempre claras, mas profundamente marcantes no sentido de promoção ou não de cidadania, vida e crescimento na vida das crianças e adolescentes.

As autoras buscaram sustentar seus discursos desde uma base teórica sólida. Inspiram-se em Ariés para tratar da história da infância a partir do livro *História social da criança e da família*. Outro autor que tem destaque em seus textos é Foucault, quando falam do poder dos discursos nos laudos e diagnósticos. Quando tratam do cotidiano, apropriam-se de Agnes Heller com seu livro, *O cotidiano e a história*. A teoria de Heller permite olhar a historicidade da vida na escola como realidade complexa, intersubjetiva e concreta. Aponta um indivíduo real, que pode se alienar ou subverter a ordem do cotidiano. Outra referência

que aparece muito, principalmente nos primeiros textos, das autoras é Patto (2002), pioneira nas discussões sobre a produção do fracasso escolar.

Seus primeiros textos, publicados em 1985, falam da relação entre saúde, educação e merenda escolar dentro do contexto da época. Apresentam a escola como local que só consegue trabalhar com alunos “normais” e que vai justificando tal escolha por uma série de questões relacionadas sempre ao indivíduo ou a sua família, não dando conta de lidar com as diferenças e tampouco considerando que tais dificuldades são geradas pelas condições sociais de vida mesmo, fruto também de um empobrecimento acentuado da população.

Os textos publicados nos anos 1990 vão falar aberta e claramente sobre a medicalização da aprendizagem e de como este processo foi sendo construído na educação e na saúde. Falam da má formação dos profissionais nestas duas instituições e ponderam que, se fosse feita uma formação inicial mais interdisciplinar, certamente tais profissionais olhariam para as dificuldades de aprendizagem com outros ‘óculos’. Os textos também explicam como, historicamente, problemas sociais foram transformados, via processo de culpabilização em problemas de pessoas, das famílias, colocando a culpa do fracasso escolar tão só e unicamente nos alunos não questionando a escola como produtora de tais fracassos.

Quanto aos textos mais recentes, as pesquisadoras continuam falando do processo perigoso, doloroso e excludente que é a medicalização de crianças e adolescentes através dos diagnósticos de dislexia e TDAH.

Interessante dizer que, em todos os textos, duas reflexões se repetiram, acentuando seu caráter de urgência e atualidade: a necessidade de compreender a escola, os processos de escolarização e as políticas públicas desde um olhar contextualizado e a necessidade de se repensar a formação inicial e continuada dos profissionais destas áreas.

Pondero que um dos grandes ganhos deste trabalho foi a tentativa de organizar as produções das autoras, favorecendo, assim, uma visibilidade didática das mesmas e, desta forma, evidenciar a riqueza de seus arrazoados para se entender a história da educação brasileira, principalmente quando se trata dos processos de escolarização em suas relações com as Políticas Educacionais.

Referências

Collares, C.A.L. (1985). Programa de merenda escolar. *Cadernos Cedes*, 15, p.48-54.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1985). Educação ou saúde? Educação x Saúde? Educação e Saúde. *Cadernos Cedes*, 15, p.7-16.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A.; Lima, G.Z. (1985, Janeiro/Abril). Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico? *Revista Educação e Sociedade*, 20, p. 10-20.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1992, Janeiro/Março). Diagnóstico da medicalização do processo de ensino-aprendizagem na 1ª série do 1º grau no Município de Campinas. *Em Aberto*, 53, ano 11, p. 23-28.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez/Unicamp.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1997). O Profissional de Saúde e o Fracasso Escolar: Compassos e Descompassos. In: MACHADO, A. M. (Org.), *Educação especial em Debate*. (pp. 137-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1997). Respeitar ou submeter: a avaliação de inteligência em crianças em idade escolar. In: MACHADO, A. M. (Org.), *Educação especial em Debate*. (pp. 117-134). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (1999). Educação continuada: a política da descontinuidade. *Revista Educação e Sociedade*, 68, p. 202-219.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (2002, agosto). Rotular, classificar, diagnosticar: a violência dos laudos. *Jornal do GTNM-RJ*, p. 34.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). *Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A. (2006) Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos. In: CRP-RJ (Org.). *Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?* Rio de Janeiro: CRP-RJ. Recuperado em 29 de outubro de 2011 do CRPRJ (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro) de: <http://www.crprj.org.br/documentos/2006-palestra-aparecida-moyses.pdf>.

Collares, C.A.L.; Moysés, M.A.A.; Geraldi, J. W. (2006). Compaginar concepções: ciência e formação no horizonte de possibilidades de um projeto educativo. *Revista Polifonia*, 01, p. 47-64.

Foucault, M. (1980). *O nascimento da clínica*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense.

Patto, M.H.S. (2002) *A produção do fracasso escolar*. (2^a. ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.